

ATA DA 38ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de agosto de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

1 Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e oito, às nove horas
2 e quinze minutos, na Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do
3 Ministério Público do Estado do Ceará, na sede da Procuradoria
4 Geral de Justiça - PGJ, reuniram-se para a 38ª Reunião Ordinária
5 do Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos
6 Difusos - CEG/FDID, sob a Presidência da **Dra. Maria do Perpétuo**
7 **Socorro França Pinto**, representando a Procuradoria Geral de
8 Justiça - PGJ, as conselheiras e conselheiros adiante indicados:
9 **Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira**, representando a
10 Procuradoria Geral do Estado - PGE; **Dra. Maria Tereza Bezerra**
11 **Farias Sales**, representando o Conselho de Políticas e Gestão do
12 Meio Ambiente - CONPAM; **Dra. Ana Lúcia Carneiro Bezerra**,
13 representando a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará -
14 **SECULT**; **Dra. Rimena Alves Praciano**, representando a Secretaria
15 da Saúde do Estado do Ceará - **SESA**; **Dr. Osterne Feitosa Ferro**
16 **Neto**, representando a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará -
17 **SETUR**; **Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa**, Secretário-Executivo do
18 Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - **DECON**;
19 **Dr. José Francisco de Oliveira Filho**, representando a 2ª
20 Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano -
21 **PJMA**; **Dra. Antônia Helena Teixeira Gomes**, representando a
22 Secretaria da Fazenda - **SEFAZ** e o **Deputado Sérgio de Araújo Lima**
23 **Aguiar**, representando a Assembléia Legislativa - **AL**. Justificou
24 Ausência: a representante do Centro de Apoio Operacional da
25 Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Paisagismo Patrimônio
26 Histórico e Cultural - **CAOMACE** e o representante da Assembléia
27 Legislativa - **AL**. Não compareceram: a representante da **SECITECE**
28 e as 03 (três) **ONG's**. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
29 **Pinto - PGJ** Presidente do Conselho, cumprimentou a todos os
30 presentes, e comunicou-os que levou para o Conselho Nacional dos
31 Procuradores Gerais do Ministério Público, tanto Federal, quanto
32 Estadual, do Trabalho e Militar, a Lei Complementar nº 46/04,
33 Decreto nº 27.526/04 e o Decreto nº 27.729/05 desse Fundo
34 Estadual que é o primeiro que existe no Brasil. Disse que todos
35 sabem que existe um Fundo Federal dos Direitos Difusos, mas que
36 um Fundo Estadual que está próximo, eles não sabiam da sua
37 existência, e por isso houve um debate a respeito dessa matéria
38 (regulamentação). O Material foi preparado pela Secretaria, e
39 foi entregue a eles, que ficaram maravilhados, e que talvez
40 alguém deles esteja presente a uma reunião do FDID para vê como
41 funciona dentro da executoriedade dos atos desse Conselho,
42 porque acharam que essa saída é que vai resolver muitos
43 problemas existentes. Porque a regra é receber do governo
44 recursos para resolver esses problemas, quando esse Conselho
45 Gestor dispõe de meios alternativos para desenvolver políticas
46 públicas de resguardo e de amparo a determinados interesses

ATA DA 38ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de agosto de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

47 coletivos e difusos. Falou ainda da importância desse Conselho,
48 que é referência nacional. Em seguida passou para a leitura da
49 Pauta da 38ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual Gestor do
50 Fundo de Defesa dos Direitos Difusos. Verificada a existência de
51 quorum a sessão foi aberta. Ordem do dia - Primeiro Ponto:
52 Aprovação das Atas da 37ª Reunião Ordinária e 5ª Reunião
53 Extraordinária do CEG/FDID que foram aprovadas sem restrição por
54 todos os Conselheiros presentes. Segundo Ponto: Apresentação do
55 demonstrativo dos valores recolhidos ao FDID referente ao mês de
56 agosto de 2008, no valor total de R\$ 442.943,32 (quatrocentos e
57 quarenta e dois mil novecentos e quarenta e três reais e trinta
58 e dois centavos). Disse que este valor é nada diante do trabalho
59 que vem sendo realizado, mas que todos os meses os Promotores de
60 Justiça são instados a informar a respeito das multas que estão
61 sendo propostas através das ações civis públicas que estão sendo
62 judicializadas e as extrajudiciais, mas são poucos os Promotores
63 que estão enviando essas informações. Já foi reiterado ofício,
64 mas mesmo assim não estão fornecendo regularmente a informação
65 Terceiro Ponto: Reformulação nos projetos da PGJ - 2006 e 2007.
66 Disse estar aguardando a chegada do Diretor de Informática para
67 fazer as devidas explicações. Passou para o Quarto Ponto:
68 Readequação do Plano de Trabalho do Projeto de Reparelhamento e
69 Modernização da Procuradoria do Patrimônio e do Meio Ambiente -
70 PROPAMA/PGE apresentado pela Procuradoria Geral do Estado. Como
71 todos receberam o material, passou a palavra para a Dra. Maria
72 Lúcia de Castro Teixeira para que ela se manifestasse. **Dra.**
73 **Maria Lúcia de Castro Teixeira** falou que esse projeto foi
74 aprovado na 37ª reunião ordinária desse Conselho, mas que foi
75 feita uma readequação no Plano de Trabalho, foi solicitada a
76 antecipação do início de execução do projeto para o mês de
77 setembro, ao invés do mês de outubro como foi proposto
78 inicialmente. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** falou
79 que é somente a adequação do plano de trabalho para iniciar no
80 mês de setembro, colocando em discussão e votação a matéria
81 proposta, que após discussão foi aprovada por todos os
82 Conselheiros. Quinto Ponto: Deliberação sobre o convênio a ser
83 celebrado entre o Conselho Estadual Gestor do Fundo dos Direitos
84 Difusos e a Procuradoria Geral do Estado. Disse estar aguardando
85 o Diretor de Informática e o parecer da Assessoria Jurídica para
86 discussão do Terceiro e Quinto Pontos, e enquanto aguardavam
87 passou para o Sexto Ponto: Assuntos Gerais. Informou sobre as
88 solicitações realizadas na 37ª Reunião Ordinária: 1- Enviados
89 ofícios aos proponentes dos projetos informando-os sobre o seu
90 deferimento ou indeferimento; 2 - Enviado ofício a Secretaria da
91 Cultura do Estado do Ceará encaminhando cópia do projeto
92 apresentado por aquele órgão, atendendo a solicitação do Dr.

ATA DA 38ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de agosto de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

93 Edson Filho; 3 - Encaminhada cópia da resposta ao Ofício
94 CEG/FDID nº 119/08, enviada ao Diretor do Fórum da Justiça
95 Federal solicitando informar o acervo processual relativo às
96 ações de tutela coletiva dos direitos difusos no Estado do
97 Ceará, que estão tramitando no âmbito daquela Justiça Federal, a
98 Dra. Sheila Pitombeira - CAOMACE e ao Dr. Edson Filho - SECULT,
99 equipe que vai trabalhar com essa matéria; 4 - Informou que as
100 certidões do Instituto Nacional de Seguridade Social e Fazenda
101 Municipal, da Procuradoria Geral do Estado com data de expedição
102 do dia 14/08/08, data da 37ª reunião ordinária foram anexadas ao
103 processo da PGE; 5 - Enviado ofício ao Secretário da Ciência,
104 Tecnologia e Ensino Superior, convidando aquela Secretaria a
105 apresentar a esse Conselho o Projeto GEOPARK a ser implantado no
106 Cariri; 6 - Entregue aos Conselheiros pela Secretaria-Executiva,
107 o levantamento das incorreções formais e substanciais dos
108 projetos com vistas à realização de seminário. Falou que essas
109 informações estão sendo ali colocadas porque só acredita em
110 reunião que seja objetiva, proativa, que dê uma resposta na
111 reunião posterior. Perguntou aos Conselheiros se tudo o que foi
112 perquirido foi providenciado. Todos afirmaram que sim. **Dr.**
113 **Osterne Feitosa Ferro Neto** sugeriu que enquanto estavam
114 aguardando o parecer da assessoria jurídica e a presença do
115 Diretor de Informática, que fosse adiantado o ponto da pauta,
116 Assuntos Gerais, o que foi aceito por todos. **Dra. Maria do**
117 **Perpétuo Socorro França Pinto** falou que depois a pauta será
118 invertida. **Dr. Osterne Feitosa Ferro Neto** comunicou o lançamento
119 do 30º livro do escritor e poeta cearense e diplomata Márcio
120 Catunda, nascido no Ceará, que está sendo transferido de Lisboa
121 para Acra. Comentou que o livro intitulado "Palavras Singulares"
122 é composto de três partes, todas elas um relatório lírico da
123 vida e do pensamento de algumas personalidades: Vinicius de
124 Moraes, Cid Carvalho, e o poeta Mário Gomes, que é um dos
125 grandes poetas cearenses ainda vivo, incompreendido, e que está
126 morrendo embriagado nas ruas de Fortaleza. Márcio Catunda
127 resgata nesse livro a vida de pensar desse poeta. Convidou a
128 todos os presentes para o lançamento desse livro, no dia 12/08,
129 à noite, no Salão Nobre do Ideal Club. **Dra. Maria do Perpétuo**
130 **Socorro França Pinto** perguntou ao Dr. Osterne se ele gostaria de
131 encaminhar através desse Conselho algum voto de congratulação.
132 **Dr. Osterne Feitosa Ferro Neto** sugeriu enviar voto de
133 congratulação para Mário Catunda, Mário Gomes e Cid Carvalho.
134 **Dra. Maria do Socorro França Pinto** colocou a matéria em votação,
135 que foi aprovada por todos os Conselheiros. **Dra. Maria Lúcia de**
136 **Castro Teixeira** informou que a Procuradoria Geral do Estado -
137 PGE está completando nessa data 30 anos de criação, e seria
138 também o caso de propor voto de congratulação pela passagem

139 dessa data. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** falou
140 que a Dra. Lúcia não havia colocado, mas que acha que deve ser
141 falado do grande alcance que teve o Estado do Ceará ao criar a
142 sua Procuradoria. Que ela foi criada para proteger os interesses
143 do Estado, e que antes da sua criação os interesses do estado
144 passavam pelo Ministério Público, pois ninguém protegia o
145 patrimônio do Estado. O Ministério Público era fonte das
146 consultas. **Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira** falou que a
147 Procuradoria é uma casa muito dialética no sentido de que recebe
148 pancada de todos os lados: dos gestores que não trabalham bem,
149 do povo que não entende o trabalho dela, mas que ela tem ombros
150 largos e pode sofrer por isso, mas que ela aguenta. Disse ser
151 muito difícil, e às vezes muito gratificante, a vida de
152 Procurador do Estado e dos servidores da Casa. Falou que nas
153 reuniões de Governo o Procurador sofre muito porque os gestores
154 querem executar os seus empreendimentos que às vezes não podem
155 ser permitidos. Por isso, a PGE tem uma fama terrível de atrasar
156 tudo, especialmente quando se trata de licitação. Falou ainda,
157 que às vezes são injustiçados, e que por conta disso também acha
158 que a Procuradoria merece votos de congratulações. **Dra. Maria do**
159 **Perpétuo Socorro França Pinto** colocou em votação o envio de voto
160 de congratulação a PGE, que foi aprovado por todos os
161 Conselheiros, e propôs inverter a pauta. Terceiro Ponto:
162 Reformulação nos Projetos da PGJ - 2006 e 2007. Passou a palavra
163 ao **Dr. Wladimir Maia Furtado** que justificou a necessidade da
164 alteração dos dois projetos da Procuradoria Geral de Justiça.
165 Disse que as alterações foram motivadas por dois aspectos: o
166 primeiro, diz respeito à dificuldade encontrada em contratar os
167 serviços na parte de segurança da informação, e foi preciso
168 evoluir o modelo de segurança. Quando foram licitar o primeiro
169 projeto que é para aquisição de equipamentos e licença de
170 firewall, para fazer a proteção do sistema, o lote foi abortado
171 porque o preço ficou maior do que o limite permitido. Argumentou
172 que de lá para cá o cenário de TI aumentou bastante, a rede
173 ficou maior, com mais capilaridade. O modelo que inicial só
174 atenderia a Procuradoria na primeira versão, com restrições.
175 Então foi necessário evoluir a questão da solução para um
176 formato maior de serviço, isso porque a necessidade aumentou e a
177 equipe da PGJ está muito desfalcada em termos de gente
178 especializada na parte da segurança da informação para poder
179 cuidar com a devida dedicação desse aspecto. Por isso, foi feita
180 essa adequação, sendo agora os recursos revertidos para os
181 equipamentos. Foi adequada a quantidade, os tipos de
182 equipamentos para o processo de licitação que já foi realizado.
183 Informou que foi realizada no mês de junho uma licitação por
184 registro de preços para aquisição de 23 tipos de equipamentos de

185 informática. Desses equipamentos, alguns lotes não foram
186 licitados porque a licitação foi deserta para esses lotes. O
187 valor do projeto foi revertido para a aquisição desses
188 equipamentos, que podem ser adquiridos imediatamente, uma vez
189 aprovada a mudança nos projetos. Disse ser essa a justificativa
190 para alteração dos dois projetos. Informou também que a comissão
191 de licitação da PGJ já iniciou o processo de licitação dos lotes
192 que não foram licitados. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
193 **Pinto** indagou ao Conselho se teriam alguma pergunta. **Dra. Maria**
194 **Tereza Bezerra Farias Sales** perguntou se houve mudança no objeto
195 do projeto. **Dr. Wladimir Maia Furtado** respondeu que muda o
196 objeto e a implantação, pois antes era para a aquisição de
197 equipamentos e programas de computadores (software firewall), e
198 agora a proposta é basicamente para adquirir equipamentos. **Dra.**
199 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** questionou se poderia
200 mudar o objeto do projeto, pois o procedimento deve ser feito
201 corretamente. **Dra. Maria Tereza Bezerra Farias Sales** falou que
202 a pergunta dela em relação à proposta do Ministério Público é
203 porque ele já tem por lei os recursos assegurados, e que ainda
204 não tinha aparecido nenhum caso para modificar o objeto do
205 projeto. Com relação aos projetos aprovados de outras entidades,
206 o objeto não pode ser mudado. Disse ter dúvidas no caso do
207 Ministério Público. **Dr. José Francisco de Oliveira Filho** falou
208 que se a regra está na lei, deve ser cumprida por todos. **Dra.**
209 **Ana Lúcia Carneiro Bezerra** indagou se o resultado dos projetos
210 havia sido publicado. **Dra. Maria Ivonete Batista Albuquerque**
211 respondeu que foram publicadas no Diário Oficial da Justiça os
212 Projetos Apresentados e os Projetos Prioritários de 2006 e 2007,
213 também disponibilizados na página da PGJ - FDID. **Dra. Ana Lúcia**
214 **Carneiro Bezerra** falou que os projetos devem ser analisados com
215 cautela, pois foram publicados tendo como objetos à aquisição de
216 equipamentos e serviços. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
217 **Pinto** disse que havia pensado em mudar esse projeto para a
218 compra de um veículo para os Núcleos de Mediação, mas foi
219 informada que não era possível. Falou não ter tomado
220 conhecimento desse fato, sabe que o projeto aprovado tinha outro
221 objeto. **Dr. Wladimir Maia Furtado** disse ter sido ele a
222 apresentar a modificação dos projetos, e esclareceu que se for
223 para adquirir os equipamentos no formato que estava no projeto,
224 o dinheiro seria mal usado, pois o objetivo não seria mais
225 atingido. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** perguntou
226 de que forma saiu a publicação. **Dr. Wladimir Maia Furtado**
227 respondeu que no projeto de 2006 para adquirir um software
228 firewall, um computador servidor de rede e dois notebooks, e no
229 projeto de 2007 foi para a aquisição de uma solução firewall e
230 proxy (software) e serviço de instalação da solução. **Dra. Maria**

231 **do Perpétuo Socorro França Pinto** sugeriu distribuir os projetos
232 para estudo e parecer. **Dr. José Francisco de Oliveira Filho**
233 pediu que na distribuição isentasse os integrantes do Ministério
234 Público. **Dra. Rimena Alves Praciano** indagou se a Assessoria
235 Jurídica da PGJ já havia se manifestado a respeito dessa
236 solicitação. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**
237 respondeu que não houve manifestação da Assessoria Jurídica. **Dr.**
238 **José Francisco de Oliveira Filho** disse que seria de bom alvitre
239 que o Conselho não levasse adiante a proposta de ouvir a
240 Assessoria Jurídica da PGJ. Sugeriu escolher um dos Conselheiros
241 para que esse desse um parecer. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
242 **França Pinto** informou que pelos critérios os projetos serão
243 distribuídos à Conselheira da Secretaria da Cultura - SECULT,
244 Dra. Ana Lúcia Carneiro Bezerra. Quinto Ponto: Deliberação do
245 convênio a ser celebrado entre o Conselho Estadual Gestor do
246 Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e a Procuradoria Geral do
247 Estado. Disse que já existe a manifestação da Assessoria
248 Jurídica da PGJ, e indagou se os Conselheiros gostariam de saber
249 de todo o conteúdo da manifestação, pois ela manifestou-se pela
250 celebração do Convênio, dando ciência à Assembléia Legislativa
251 do Estado do Ceará. Leu para os Conselheiros o parecer da
252 Assessoria Jurídica da PGJ, entregando cópia para todos, e
253 colocou em discussão e votação a matéria, que foi aprovada por
254 todos os Conselheiros. Voltou para o ponto Assuntos Gerais. **Dra.**
255 **Rimena Alves Praciano** disse querer lembrar rapidamente da última
256 reunião quando o Conselho havia planejado um seminário para
257 melhorar a apresentação dos projetos do FDID, e lembrou do
258 relato feito por um servidor da Secretaria da Cultura, e disse
259 ter ficado muito triste em vê que esse Conselho depende dos
260 interesses dos proponentes de quererem seguir o edital na
261 íntegra, como é exigido. Falou que não sabe ainda se é mais
262 vantajosa a realização do seminário proposto, se não foi
263 despertado ainda no público alvo o interesse em participar dos
264 editais desse Fundo. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**
265 falou que se o seminário é para dar visibilidade ao fundo acha
266 que é muito importante. **Dra. Rimena Alves Praciano** disse ter
267 mudado o foco do seminário, pois o Conselho havia imaginado
268 fazer um seminário cujo objetivo seria aprimorar,
269 profissionalizar as entidades na apresentação dos projetos, mas
270 se é para dar visibilidade, tudo bem. **Dra. Maria do Perpétuo**
271 **Socorro França Pinto** disse que acha muito importante, e lembrou
272 que na primeira reunião que presidiu esse ano foi solicitado que
273 envidassem esforços no sentido de mostrar para a sociedade a
274 existência do FDID, que o Brasil inteiro quer conhecer. Lembrou
275 que foram marcadas reuniões com as Assessorias de Comunicação
276 dos órgãos que integram esse Conselho, e que apenas duas

277 entidades compareceram. Foram feitas incursões, colocadas notas
278 nos jornaizinhos que saem todo mês da Procuradoria, mas as
279 pessoas não despertam porque não têm uma cultura de que recursos
280 para aprimorar esses direitos fundamentais devem sair do Estado.
281 Prosseguiu dizendo que as pessoas nunca criam uma cultura de que
282 devem ser encontrados meios alternativos, como tem sido
283 encontrado, para promover a paz social através da conciliação,
284 da mediação e da arbitragem. A mediação é uma nova forma de
285 gerir, de gestão judiciária. Falou que devemos colocar na cabeça
286 das pessoas, que elas têm que fazer uma cultura de arrecadação
287 por meios alternativos de recursos para prover a questão dos
288 direitos difusos. Perguntou qual foi o órgão que recebeu
289 recursos do FDID. **Dra. Maria Tereza Bezerra Farias Sales**
290 respondeu que a Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente
291 - SOMA recebeu em 2006 recursos para financiar o projeto Selo
292 Município Verde, e que através dele, esse Fundo e o Conselho
293 Gestor foram bastante divulgados, mas as pessoas têm muita
294 dificuldade, primeiro de elaborar projeto; e segundo, quando é
295 dito que o Fundo pertence ao Ministério Público, elas não se
296 interessam em apresentar projetos. Disse também que muitos acham
297 difícil preencher os formulários dos projetos, apesar de ser
298 exigido o mínimo que deve conter num formulário. Com relação à
299 composição do Conselho, ainda não conseguiram trazer as três
300 entidades civis para compor esse Conselho. O convite já foi
301 feito, foi colocado no site do Conselho de Políticas e Gestão do
302 Meio Ambiente - CONPAM, disponibilizado no site do FDID e
303 divulgado no Programa Selo Município Verde em todo o interior do
304 Estado do Ceará, mas as entidades não aparecem, não têm
305 interesse. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** falou que
306 todas as entidades que se habilitam não apresentam toda a
307 documentação, por isso é melhor mergulhar nesse assunto, porque
308 é a primeira vez que ela vê alguém não querer concorrer para
309 receber recursos. Disse que está na hora do Conselho rever esse
310 assunto e estudar essa matéria, porque até hoje não foi possível
311 encontrar as três entidades para compor esse Conselho. **Dr.**
312 **Osterne Feitosa Ferro Neto** falou do relato feito na última
313 reunião desse Conselho por um servidor da Secretaria da Cultura
314 sobre a metodologia usada pelo Fundo Federal no processamento
315 dos projetos apresentados àquele Conselho. A metodologia
316 consistia em primeiro aprovar o conceito do projeto, e depois da
317 aprovação deste, uma equipe daquele órgão acompanha a confecção
318 do projeto passo a passo. Disse que após ter sido aprovado o
319 conceito do seu projeto, passou um mês preenchendo o formulário
320 porque ia sendo orientado do que estava faltando. Acha que o
321 problema desse Conselho é que só funciona uma vez por mês e que
322 tem uma secretária que é muito ativa, cobra, vai atrás, faz

323 tudo, mas trabalha sozinha. Que em termos operacionais, esse
324 Conselho não tem um corpo capaz de dar essa personalidade que é
325 necessário, inclusive para fazer esse tipo de suporte. Pediu
326 para o Conselho pensar nesse assunto com mais profundidade. **Dra.**
327 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** falou que a demanda não é
328 tão grande. **Dr. Osterne Feitosa Ferro Neto** disse que não há
329 demanda porque o Conselho não consegue dar esse suporte. Falou
330 que esse Conselho trabalha na região do direito mais sofisticada
331 do planeta, que são os direitos difusos. Trabalha com os
332 problemas que mais afetam a sociedade, desde a discriminação da
333 prostituta, a problemas do meio ambiente, e que qualquer
334 problema que não seja diretamente arcado pela lei, está nessa
335 seara de debates. Que esse Conselho não aprofunda isso, e que
336 essa é uma maneira de participar da sociedade e de ser vista
337 como uma entidade forte. Disse ter ficado alegre quando a Dra.
338 Socorro assumiu a Presidência desse Conselho, porque ela é uma
339 pessoa que tem a capacidade de entrar nos debates importantes, e
340 que trouxe isso para esse Conselho, inclusive o momento de
341 tratar dos assuntos gerais que tem sido uma oportunidade de
342 ouro, uma hora em que esse Colegiado pode sair do comum dos
343 Conselhos e mandar um voto de congratulação, fazer uma
344 observação em alguma matéria que não esteja necessariamente no
345 seu dia a dia. Por esse caminho vê como esse Colegiado possa
346 sair desse lugar comum e se transformar numa entidade forte.
347 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** falou que a despeito
348 do que foi colocado, esse Conselho é um órgão deliberativo e que
349 o seu objetivo é tão somente minimizar a violência contra os
350 direitos coletivos, difusos, individuais e homogêneos, e colocou
351 a proposta do Dr. Osterne que é a de colocar junto à Secretaria
352 que interage com a questão da captação dos recursos, e o
353 encaminhamento dos mesmos, que também funcione uma assessoria no
354 sentido de acompanhar o preenchimento dos projetos que uma vez
355 por ano são colocados para discussão desse colegiado. **Dr.**
356 **Osterne Feitosa Ferro Neto** disse que em relação aos projetos, o
357 que foi apresentado aqui é que o proponente apresenta um pré-
358 projeto simplificado, colocando os dados principais para que
359 seja analisado pelo Conselho. Uma vez aprovado esse pré-projeto,
360 o proponente pode então fazer o preenchimento dos formulários do
361 projeto. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** perguntou
362 se a legislação do FDID contempla essa inserção. **Dra. Rimena**
363 **Alves Praciano** respondeu que já deve está previsto no edital
364 para o exercício de 2009. **Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa** falou
365 do projeto apresentado pelo Programa Estadual de Proteção e
366 Defesa do Consumidor - DECON em 2007 que prevê a compra de
367 equipamentos de informática para aquela entidade e que ainda não
368 foram entregues. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**

369 solicitou a presença do Dr. Wladimir para responder a pergunta
370 do Dr. Antonio Carlos. Disse não ter acompanhado esse processo,
371 sabe que a licitação de equipamentos foi concluída, mas não sabe
372 se a compra dos equipamentos relativos ao Projeto do DECON
373 entrou nessa licitação. Registrou que a Dra. Marilene da Páscoa
374 estava de férias e a Dra. Sheila não pode estar presente a essa
375 sessão. Propôs enviar votos de congratulações em nome desse
376 Conselho a Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Ceará, pela
377 passagem do Dia Nacional do Advogado. A proposição foi aceita
378 por todos os Conselheiros. **Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira**
379 disse que a Ordem dos Advogados do Brasil-OAB, Secção do Ceará,
380 merecia esse voto, pois sempre esteve muito próxima da sociedade
381 cearense. **Dra. Maria Tereza Bezerra Farias Sales** concordou com o
382 voto de congratulação a OAB-Ce, e parabenizou os advogados em
383 todas as suas instâncias colegiadas. A proposição foi aprovada
384 por todos os Conselheiros. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
385 **Pinto** fez outra proposta que é em relação à visibilidade do
386 Fundo, a questão do seminário. Disse que o FDID foi criado com a
387 participação de alguns Secretários de Estado ou de suas
388 representações, e que por causa da grande carga de trabalho, é
389 muito difícil ter a participação desses nas sessões do conselho.
390 Indagou aos Conselheiros se era possível agendar um dia para que
391 os Secretários possam assistir a uma palestra a ser proferida
392 pelo Dr. Paulo Afonso de Lemos, Promotor de Justiça aposentado,
393 que foi uma das pessoas que primeiro escreveu sobre interesses
394 coletivos e difusos no país, que possui uma dinâmica fantástica
395 e é uma pessoa maravilhosa. Disse que precisaria que todos
396 trouxessem seus Secretários para mostrar ao palestrante a força
397 desse Conselho, pois o Conselho Federal foi uma idéia dele e da
398 Professora Ada Pellegrine Grinover. Pediu que os Conselheiros
399 conversassem com os seus Secretários, para que eles possam estar
400 presentes a essa palestra. **Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira**
401 falou que o Professor Paulo Afonso de Lemos agrega junto a si
402 muito mais do que os Secretários, e propôs que ele abrisse o
403 Seminário que seria realizado no auditório da Procuradoria Geral
404 de Justiça, propondo ainda fazer uma reunião solene do FDID
405 junto ao Seminário. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**
406 sugeriu criar uma comissão para cuidar do Seminário. Pediu para
407 que três Conselheiros se habilitassem. Foram indicados a Dra.
408 Lúcia Teixeira, Dra. Rimena Alves e Dra. Sheila Pitombeira.
409 Disse também ter pensado no representante da Assembléia
410 Legislativa. **Deputado Sérgio de Araújo Lima Aguiar** disse não
411 querer assumir compromisso por conta do período eleitoral, mas
412 que a Assembléia Legislativa pode ajudar na divulgação e apoio.
413 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** indagou se estava
414 aprovada a comissão para a realização do seminário. Todos

415 concordaram. Pediu que a comissão já começasse a estudar a
416 matéria para fazer o seminário. Disse ao Dr. Wladimir Maia
417 Furtado ter sido cobrada pelo não recebimento dos equipamentos
418 de informática do DECON, objeto do projeto aprovado em 2007. **Dr.**
419 **Wladimir Maia Furtado** informou que os equipamentos foram
420 licitados no ano passado, mas o lote que constava os notebooks
421 ficou caro demais e a Procuradoria teve que abortá-lo. No ano
422 passado não foram adquiridos equipamentos de informática. No dia
423 03 de janeiro desse ano, a PGJ optou em fazer a licitação por
424 registro de preços, pois não houve a intenção de fazer por
425 adesão e nem pegar carona em outras licitações, pois a
426 administração anterior entendeu não ser conveniente, por isso
427 provocou essa demora. A primeira ordem de compra de registro de
428 preços não foi realizado com recursos do FDID, e sim com
429 recursos da Procuradoria, do Ministério Público. A partir da
430 aprovação das mudanças propostas nos projetos da PGJ, a
431 aquisição com recursos do FDID deve ser feita para atender aos
432 projetos pendentes. **Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa** indagou ao
433 Dr. Wladimir se o projeto que foi aprovado no ano passado será
434 modificado agora, pois acha uma incongruência. Indagou também
435 onde está o dinheiro do FDID que foi reservado para o pagamento
436 dos projetos da PGJ. **Dr. Wladimir Maia Furtado** falou que quando
437 a Procuradoria vai fazer o processo licitatório ela junta todas
438 as demandas de todas as áreas. Não é feita uma licitação para o
439 FDID e outra para a Procuradoria. O dinheiro está na conta do
440 FDID, ainda não foi gasto. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
441 **Pinto** indagou quanto foi aprovado para o projeto do DECON no ano
442 passado. **Dra. Maria Ivonete Batista Albuquerque** respondeu que o
443 valor do FDID destinado ao Ministério Público é de 20% da
444 receita anual. O Ministério Público apresentou dois projetos: a
445 Procuradoria apresentou um projeto no valor de R\$20.160,00
446 (vinte mil cento e sessenta reais) e o DECON outro, no valor de
447 R\$ 25.164,48 (vinte e cinco mil cento e sessenta e quatro reais
448 e quarenta e oito centavos), perfazendo o total dos 20% a que
449 tem direito. **Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa** disse não ter a
450 intenção de querer colocá-lo em uma saia justa, mas que a
451 resposta dada ainda não estava clara. **Dr. Wladimir Maia Furtado**
452 falou que o Dr. Antonio Carlos já o havia perguntado sobre os
453 equipamentos, e ele já o havia informado. **Dra. Ana Lúcia**
454 **Carneiro Bezerra** falou que para solucionar o problema do DECON,
455 como os recursos estão guardados na conta do Fundo e existe um
456 registro de preços disponível que independe de dotação, os
457 equipamentos já podem ser adquiridos com esses recursos, e o
458 problema seria solucionado. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
459 **França Pinto** disse que iria ver esse projeto, porque são
460 projetos passados, e ela não sabia disso. **Dr. Wladimir Maia**

ATA DA 38ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de agosto de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

461 **Furtado** informou que os equipamentos do DECON ainda não haviam
462 sido comprados. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**
463 perguntou onde estava o projeto. **Dra. Maria Ivonete Batista**
464 **Albuquerque** informou que o processo está na Secretaria-
465 Executiva, mas que o setor de Informática é quem propõe a
466 licitação, e que algumas vezes essa secretaria já havia
467 perguntado pela licitação. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
468 **Pinto** falou que vai resolver esse impasse. E não tendo mais nada
469 a tratar agradeceu a presença de todos, sabendo que o que ficou
470 sedimentado nessa reunião será na 39ª explicada e quais as
471 providências que foram adotadas. Pediu a secretaria que a cada
472 ofício expedido, fosse enviado cópia para os Conselheiros para
473 que eles possam acompanhar o que está sendo feito. Declarou
474 encerrada a sessão.
475

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Presidente do CEG/FDID

Maria Lúcia de Castro Teixeira
Conselheira - PGE

Maria Tereza Bezerra Farias Sales
Conselheira - CONPAM

Ana Lúcia Carneiro Bezerra
Conselheiro - SECULT

Rimena Alves Praciano
Conselheira - SESA

Osterne Feitosa Ferro Neto
Conselheiro - SETUR

ATA DA 38ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de agosto de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

Sérgio de Araújo Lima Aguiar
Conselheiro - **AL**

Antonio Carlos Azevedo Costa
Conselheiro - **DECON**

Antônia Helena Teixeira Gomes
Conselheira - **SEFAZ**

José Francisco de Oliveira Filho
Conselheiro - **PJMA**